

LEGISLATIVO

Projeto de doação de área para empresa é aprovado

INCENTIVO. A Câmara de Taubaté aprovou na sessão ordinária dessa terça-feira, em primeira votação, o projeto do prefeito Ortiz Junior (PSDB) que autoriza a doação de uma área à empresa Depósito Cardoso.

O terreno de 22 mil metros quadrados fica na Avenida Eurico Ambrogi Santos, 1331, no distrito industrial do Piracangagua. A área é avaliada em R\$ 8 milhões.

A empresa faz comércio atacadista e varejista, importa e exporta materiais de construção, faz ensacamento de areia e pedregulho, industrialização e fabricação de gabinetes em madeira para banheiros.

Segundo o projeto, com a área doada, a empresa irá gerar 40 empregos diretos e investir R\$ 5 milhões.

A proposta ainda terá que passar por uma segunda discussão na Câmara, o que deve ocorrer na semana que vem, antes de seguir para a sanção do prefeito. ■

INVESTIGAÇÃO

MP arquiva autodenúncia feita por vereadora

EMPRESA. O Ministério Público arquivou uma autodenúncia que havia sido feita pela vereadora Loreny (Cidadania). A parlamentar de Taubaté havia solicitado que a Promotoria analisasse se houve alguma irregularidade na atuação de uma empresa ligada a ela, que presta serviço a órgãos públicos.

A autodenúncia teve como base uma reportagem publicada pelo jornal em setembro de 2018, que mostrou que a Planus Brasil Consultoria e Engenharia venceu uma licitação da Prefeitura de Potim relacionada a um programa do governo estadual. O contrato foi de R\$ 790 mil.

A Planus foi fundada em novembro de 2012 por Loreny. Em novembro de 2016, após ser eleita vereadora, ela desligou-se da empresa, que hoje é administrada por seu marido. No despacho que indeferiu a representação, o promotor Horival Marques de Freitas Junior apontou que “não há indicação precisa a respeito de nenhuma irregularidade”. ■

LEGISLATIVO CÂMARA DE TAUBATÉ E SERVIDOR DA CASA NEGAM IRREGULARIDADES; FUNCIONÁRIO VAI RECORRER

Liminar suspende evolução salarial de 88% em 3 anos

Servidor da Câmara viu seu salário passar de R\$ 9.701,24, em dezembro de 2016, para R\$ 18.316,29 atualmente; após ação do MP, Justiça suspendeu os atos que permitiram isso

TAUBATÉ

Julio Codazzi
@juliocodazzi



Após pedido do Ministério Público, a Justiça de Taubaté concedeu uma liminar que suspende a eficácia dos atos administrativos que possibilitaram que um servidor da Câmara tivesse seu salário aumentado em 88% em menos de três anos. A decisão foi tomada segunda-feira pelo juiz Paulo Roberto da Silva, da Vara da Fazenda Pública.

“Se houver continuidade do pagamento de verbas possivelmente não devidas a ele, o prejuízo público será latente, se a ação for procedente”, destacou o magistrado, que acrescentou que, caso a ação seja julgada improcedente, o servidor poderá receber a diferença salarial com atualizações devidas.

Em nota, a Câmara afirmou que “entende que a equiparação do vencimento do servidor está de acordo com os ditames legais e constitucionais e estudará as providências a serem tomadas”.

Por meio de seu advogado, o servidor Luis Henrique Maduro da Silva informou que irá recorrer da decisão. “O ato administrativo editado pela Câmara apenas atendeu o que está na legislação. Assim que formos notificados, vamos recorrer”, disse o advogado Fábio Antunes.

CARGO.

Admitido via concurso público em 2006, o analista legislativo de administração recebia salário de R\$ 4.911,95 em 2010, quando foi destacado para o cargo em comissão de chefe da Secretaria Geral. Silva ficou no cargo até agosto de 2014, quando o salário já era de R\$ 7.241,18. Mesmo deixando a função, ele manteve o vencimento, já que a legislação garante 100% de incorporação da vantagem pecuniária, para fins de irreduzibilidade, após quatro anos.

A irregularidade, segundo o MP, ocorreu em janeiro de 2017, um mês após a Câmara aprovar uma reforma administrativa, que extinguiu o cargo comissionado de chefe da Secretaria Geral e criou a função de confiança de se-



Câmara. Servidor foi admitido pelo Legislativo de Taubaté em 2006

cretário, com salário maior. Em janeiro daquele ano, Silva solicitou o recálculo da vantagem que havia sido incorporada à sua remuneração, sob o argumento de que os cargos eram equivalentes. O pedido foi aceito de imediato. Em dezembro de 2016, o salário dele era de R\$ 9.701,24. Logo em janeiro de 2017, passou a R\$ 14.830,76. Atualmente, já é de R\$ 18.316,29. Ou seja, em menos de três anos, o vencimento quase dobrou.

O MP apontou que a Câmara “atuou de modo ilegal, contrário ao interesse público, e lesivo ao patrimônio público” e que os cargos de chefe da Secretaria Geral e secretário têm “natureza diversa”, e que a nova função tem “atribuições diversas e mais amplas”, que o servidor jamais exerceu. ■

QUANTO MAIS PROTEÇÃO, MAIS DESCONTO.

- 2 pessoas: 5% de desconto
- 3 pessoas: 7% de desconto
- 4 pessoas ou +: 10% de desconto

A PARTIR DE R\$ 102,56*
DE 0 A 18 ANOS
PLANO TOTAL ENFERMARIA
PLANOS INDIVIDUAL E FAMILIAR

Promoção por tempo limitado.

Central de Vendas:
(12) 3955-0100
Av. Nove de Julho, 319 - Jd. Apolo - JCampos/SP
saofranciscovida.com.br | /saofranciscovida

São Francisco VIDA

Promoção válida de 01/08 até 31/10/2019. O desconto será concedido para adesões pelo grupo familiar de forma simultânea dos beneficiários titulares e dependentes. Não se considera para fins de composição do grupo familiar o titular financeiro que não for beneficiário da operadora. Os valores a serem praticados para as inclusões serão da mesma tabela aplicada ao beneficiário titular. Na hipótese de ocorrência de exclusões após a formação do grupo familiar, os valores praticados serão mantidos.